

REENCONTRANDO A PRIMITIVA CIDADE DE BOA VISTA*

Paulo Rogério de Freitas SILVA**

Universidade Federal de Roraima

Resumo

Esse artigo busca retratar a realidade de Boa Vista como um lugar isolado, entre o final do século XIX e início do XX, que se mostrava ou aparecia ao mundo através da visão de exploradores e pesquisadores que ali passavam e lhe descreviam. Sendo o lugar do contato com o “urbano” para os primeiros habitantes que se dedicavam à pecuária e ao garimpo era o urbano na infinita Amazônia em transição para o “lavrado”, o único depois de Manaus para quem buscava o norte em direção à Venezuela e à Guiana ou o primeiro para quem descia desses países.

Palavras-chave: Amazônia; Roraima; Fronteira; Urbano; Gênese.

Abstract

This article intends to depict the reality of the city of Boa Vista as an isolated place between the end of the 19th and the beginning of the 20th centuries. Until then, the city appeared – or was exhibited – to the world through the view of explorers and researchers, who described the place when visiting it. It was the place of contact with the “urban” for the first inhabitants who were committed to cattle breeding and to mine prospecting; the urban in the infinite Amazon in its transition to the “ploughed land”, the only one after Manaus for the ones who searched the North towards Venezuela and Guyana, or the first one for the ones who came from such countries.

Keywords: Amazonian region; Roraima; Frontier; Urban; Genesis.

Apresentação

O município de Boa Vista tem essa denominação em referência a paisagem que a circunda, pois esta foi aclamada por sua grande beleza, formada pelo rio Branco, pelos igarapés, pela vegetação ribeirinha e pelas praias que ali se formam, quando ali se estabeleceram os primeiros desbravadores ou, como relata a história, pela admiração de Inácio Lopes de Magalhães. Esse capitão do Forte de São Joaquim foi o fundador da fazenda Boa Vista, tendo nas suas circunvizinhanças surgido um povoado, que posteriormente, sediou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e depois a sede do município de Boa Vista do Rio Branco.

Segundo Magalhães (1987: 70), se aventou a possibilidade de mudar esse nome

para Parima ou Uailã ou outra designação ligada à região, por causa da coincidência com outras cidades, também chamadas de Boa Vista em outros estados brasileiros. Mas, em razão das reivindicações, de outros grupos, para que se mantivesse o nome original, esse permaneceu.

Atualmente, a capital do estado de Roraima possui uma população de 200.568 habitantes, em seu município, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000), tendo uma densidade demográfica de 39,15 habitantes por quilômetros quadrados: 98,28% desses habitantes estão concentrados na sede municipal e 1,72% distribuídos na zona rural, isto é, 197.098 habitantes são urbanos e 3.470 habitantes são rurais.

Amparados em Ferri (1990:08), ao

analisar o fluxo migratório que se processa em Roraima do interior para a cidade e só raramente em sentido contrário, a autora coloca que Boa Vista vem sendo definida como a “maior maloca de Roraima.”

A cidade primitiva

Essa cidade, durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi o único lugar considerado urbano em toda a região do rio Branco, apesar de sua simples estrutura na época.

Amparados em Barbosa (1993-1:134), verificamos que a população de Boa Vista e de seus arredores, no final do século XIX, totalizava em média 1.000 indivíduos. O povoado era formado por 27 casas no ano de 1888, que confirmava a existência de uma pequena população urbana, formando um povoado que servia de base comercial para toda aquela área.

Uma outra descrição do período é de Magalhães (1987:138) que comenta que, na penúltima década do século XIX em Boa Vista, mais precisamente no ano de 1881, existiam apenas duas casas e em 1889, quando da Proclamação da República brasileira, se contabilizavam 27 casas, entre as quais apenas uma de pedra, assim como também a igreja cuja construção já estava bastante adiantada.

Dessa forma, nos antecipamos a concluir que, quando da emancipação política da Vila de Boa Vista do Rio Branco em 1890, esta ainda era um pequeno aglomerado, predominando construções de barro cobertas de palha, com uma pequena população, que se ocupava principalmente de atividades ligadas ao setor primário.

Como a principal base da economia local era a pecuária esta não demandava grande

quantidade de mão-de-obra, além de que as sérias dificuldades de acesso à área influíam no processo migratório, que era esparso. Essa realidade proporcionou uma simples estrutura urbana da então Vila de Boa Vista do Rio Branco e a distribuição da pequena população regional, que residiam principalmente nas diversas fazendas localizadas ao longo dos rios.

Todavia, baseados novamente em Magalhães (1987:139), verificamos que na virada do século XIX para o XX, após a criação do município, ocorreram fluxos migratórios, ainda que pequenos, que provocaram uma efetiva colonização. Esses migrantes provinham da própria região Norte, tendo como causa a crise do ciclo da borracha em outras áreas da região. Com o início da crise desse ciclo econômico, deu-se a dispersão dessa população para outras áreas da Amazônia, inclusive para a região do rio Branco, que atraiu esses migrantes em virtude da descoberta da existência das reservas minerais e da expansão da atividade pecuária que ocorria nesse período, principalmente na década de 1910.

Ressaltamos que esse processo migratório ocorreu também, diretamente do Nordeste brasileiro que, com seus problemas fundiários, já expulsava o povo nordestino que buscava, entre outras áreas, as do Rio Branco, no afã de melhores condições de vida.

Nesse período, os imigrantes se destinavam principalmente às fazendas do vale do rio Branco, que condicionava uma distribuição espaçada da população, disposta, sobretudo, nas diversas sedes das fazendas, permanecendo em Boa Vista uma pequena parcela, o que implicava em uma população urbana inferior à rural, sendo Boa Vista um

simples povoado na fronteira como se observa na fotografia de número 01.

Assim, a distribuição da população continuou rarefeita nessa área com predominância no campo, isto é, nas fazendas de gado, sendo o rio Branco importante para a localização do ajuntamento humano inicial que foi crescendo nessa fronteira.

O aglomerado, que primeiro foi se formando em terras da fazenda Boa Vista, às margens do rio Branco, próximo ao ancoradouro, tinha esse afluente do rio Negro como única via de comunicação e circulação. Esse recurso hidrográfico influenciou o crescimento do povoado às suas margens, aproveitando-se também da topografia plana da área.

A cidade de Boa Vista em 1917, para J. Santos (2004:82),

"(...) tinha ainda um aspecto de vila solitária e isolada da Capital do Amazonas e do resto do País". Porém, para esse pesquisador, essa cidade, "Implantada em posição geográfica dominante, à margem direita do Rio Branco, já apresentava nessa época, casas bem construídas, com mistura de pedras e cal, cobertas de telhas, bem cuidadas e pintadas com cores alegres e uma bela capela que causava boa impressão a qualquer visitante. Tinha ao todo quarenta e nova residências, entre casas e barracos, que eram dispostas separadas umas das outras, por certa distancia, dando uma impressão de espaço ocupado bem maior do que o real."

Foto 1: Em destaque o prédio da sede da fazenda Boa Vista e ao fundo a igreja matriz em 1905



Fonte: acervo Jaime de Agostinho.

Ali residiam, na década de 1910, cerca de trezentos habitantes que se ocupavam da pecuária e da garimpagem.

Para se ter outro exemplo do que era Boa

Vista, em 1924, durante a expedição de Hamilton Rice, este descreve que Boa Vista era o único agrupamento junto ao rio que tinha a possibilidade de ser chamado de vila quando se

observa o simples traçado urbano do período, que pode ser observada na fotografia 02. Esse aglomerado compreendia 164 casas que abrigavam uma população de 1.200 pessoas. Alguns dos edifícios que formavam o conjunto arquitetônico local eram de tijolos, tais como a igreja, a intendência, algumas casas de moradia e o armazém, porém, a maioria era de reboco e pau-a-pique. A população local se compunha de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás, em número muito reduzido (RICE, 1978:25).

Para Macaggi (1976:109 e 110), Boa Vista era um

"(...) vilarejo até 1926, pequenina e triste, possuía na ocasião regular número de habitantes. Muito espalhada, com poucas casas de

alvenaria e inúmeras de taipa, cobertas de palha de buriti ou inajá. Sem árvores, sem praças e sem flores. Prédios velhos e feios. Quintais abertos e abandonados, sem uma horta ou jardinzinho. Só um bangalô, à distancia, embelezando a paisagem. Nenhum grupo escolar, sendo raras suas escolas, regidas por professores primários. Sem câis e as margens do rio terríveis para a atracação das embarcações."

Essas duas últimas descrições nos demonstram a situação do lugar na década de 1920, quando Boa Vista apresentava uma condição de sede de município amazônico, apresentando características muito simples, que permanecem no decorrer das décadas de 1930 e 1940, quando, então, torna-se capital de território.

Foto 2: Vista aérea de Boa Vista em 1924, antes da implantação do plano urbanístico



Fonte: RICE (1978).

A partir da descrição feita pelo novelista inglês Waugh (1986:15 e 17), esse lugar, diante de sua primeira visão, a partir da margem esquerda do rio Branco era “uma confusão de casas em ruínas”, quando ali chegou em 1934. A rua central de Boa Vista era, “(...) larga, com piso de barro ressecado e desnivelado, com largas fendas por toda parte e sulcado por várias sarjetas secas. As casas caídas, cobertas de telhas, de um só andar, eram enfileiradas de um lado e do outro da rua”.

Para esse novelista, a prelazia dos Beneditinos era o edifício mais imponente, maior que as demais construções que havia visto desde que partira de Georgetown, na então Guiana Inglesa, rumo ao lugar Boa Vista.

Ainda Waugh (1986:20), descreve que:

"Havia a rua central pela qual nós chegamos - Rua Bento Brasil - duas estradas paralelas menos importantes e mais quatro outras ruas que a cortavam em ângulo reto. Em todas as direções depois de uns 400 metros, as estradas sumiam aos poucos, se transformando em vagarosos caminhos."

Assim, esse lugar isolado se mostrava ou aparecia ao mundo através da visão destes exploradores que ali passavam e lhe descreviam. Era o lugar do contato com o “urbano” para os primeiros habitantes que se dedicavam à pecuária e ao garimpo. Era o urbano na infinita Amazônia em transição para o “lavrado”, o único depois de Manaus para quem buscava o norte em direção à Venezuela e à Guiana ou o primeiro para quem descia desses países.

Exercia influência comercial em uma ampla região composta por fazendas, garimpos, aldeias indígenas; aí foi se fortalecendo até se transformar na capital do

Território Federal do Rio Branco em 1943, que passaria a ser denominado de Roraima em 1962.

Conforme Barros (1995:61 e 62):

"Certamente que a criação do Território foi responsável, ao lado da mineração que usava Boa Vista como base de apóio, pelo crescimento populacional e ultracentralização funcional desta cidade, ao longo das décadas de 1940 e 1950, e que se acentuará nas seguintes."

Da mesma forma, Ferri (1990:24) aponta que:

"De acordo com os dados do IBGE, no período compreendido de 1920 a 1950, houve um aumento populacional de Boa Vista de 80% aproximadamente, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco. Pode-se atribuir esse aumento ao declínio da extração da borracha na Amazônia e à instalação administrativa do território."

Nesse processo, como a única cidade da região do Rio Branco, Boa Vista foi centralizando as funções que iam sendo implantadas no território, não havendo um processo em que elas se deslocaram de um centro para outro, assim como foi o destino da maioria dos migrantes, que se dirigiam principalmente para essa cidade. Com isso, foi ocorrendo à concentração e a formação do contraste entre Boa Vista e as demais cidades; ela foi aumentando e criando essa cumulativa estrutura atual.

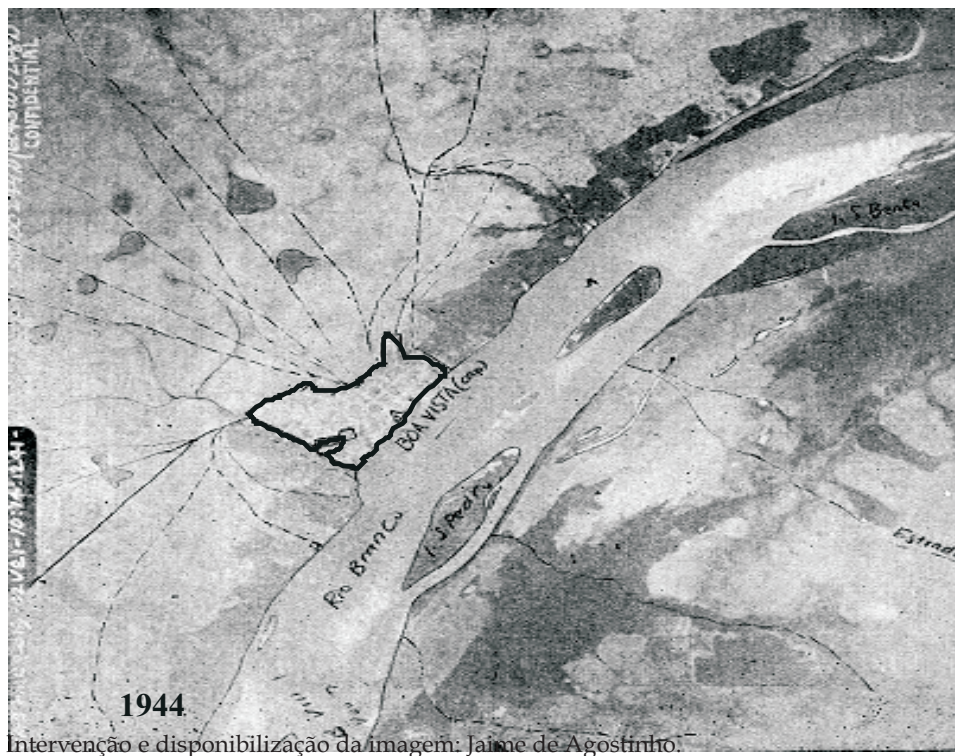
Boa Vista tinha um papel que se resumia a um simples centro administrativo. Segundo Ferreira *et ali* (1977:82), quando este se remete as capitais de estados e territórios federais da Amazônia recém-criados, “(...) elas exis[tiam] mais como centros burocráticos do que como

pólos de vida e desenvolvimento.”

Porém Indicamos que a localização geográfica de Roraima, nesse período, junto à divisa interferiu como determinante organizador, pois a história da cidade de Boa Vista está partilhada por eventos que indicam a importância dessa localização geográfica, que passa a atender a interesses nacionais. Sugere-se que o projeto de Boa Vista, como capital de território, está ligado a questões de interferência na fronteira, que precisava ser protegida.

O pequeno aglomerado, que se transformou na capital roraimense em 1943, era um espaço que apresentava poucas condições, através das quais o urbano planejado foi sendo produzido. A Figura 01 reflete a realidade do local naquele período. Havia um grande vazio demográfico e um reduzido número de pequenos aglomerados no vale do rio Branco, excetuando-se Boa Vista que, como destacou RICE (1978), era o único lugar que poderia ser chamado de vila.

Figura 1: Boa Vista em 1944, após a criação do Território Federal do Rio Branco



Boa Vista do Rio Branco parecia querer reagir a certos momentos, redirecionando ou modificando as condições pré-existentes de um lugar da fronteira, onde se vinculavam o limite imposto e a necessidade de torná-los visíveis e delimitáveis, como o poder através do urbano naquele limite.

A partir desse pequeno núcleo pré-existente, planejou-se uma cidade que pudesse

exercer o papel do poder central na fronteira e demonstrar o significado de Brasil potência, para os que pudessem apreciar o novo urbano inspirado em Belo Horizonte, havendo considerações de que a cidade também foi projetada com inspiração em Paris, em uma alusão às ruas da capital francesa.

O núcleo embrionário tornou-se o centro do poder brasileiro naqueles

confins amazônicos.

Dessa forma, uma das formas de entender Boa Vista é a sua posição nessa parte da fronteira amazônica, limitada pela Venezuela e pela Guiana que compõem a divisão geopolítica sul-americana. Uma fronteira que fugiu à bipolaridade da hegemonia portuguesa e espanhola na América do Sul na época da colonização, quando o Reino Unido da Grã-Bretanha também dominou esse espaço, em conjunto com a Holanda e a França.

Dessa forma, o planejamento de uma cidade nesse espaço nos remete a uma intervenção de interesses políticos, já que a dimensão do lugar no período se submete a esse fim, para proteger essas plagas.

Questão compartilhada também por A. S. Júnior (1993:113) que afirma que, “O surgimento de núcleos populacionais nessa faixa de terra do extremo norte do País foi resultado da necessidade de defender as fronteiras do Brasil de invasões estrangeiras.”

Essa citação nos remete à complexidade genética dos lugares urbanos nesse espaço e ao planejamento urbano criado para Boa Vista em 1946, quando se definem as estratégias de organização do espaço nacional brasileiro.

Acreditamos que esse planejamento de Boa Vista está presente no projeto geopolítico nacional, que criou para a Amazônia, planos nacionais de desenvolvimento, na intenção de ocupar e povoar essa área. A implantação de novas cidades projetava a força do poder central nesse espaço, questão defendida por Becker (1998:46), afirmando que “a fronteira atual já nasce urbana, como uma estratégia de ocupação utilizada pelo Estado”.

Becker (1998: 53, 54, 55) ainda, quando analisa a urbanização como estratégia de

ocupação na Amazônia, coloca que o núcleo urbano atrai o imigrante, é à base da organização do mercado de trabalho, assim como é o lugar da ação política-ideológica do Estado.

Nessa conjuntura, ressaltamos, que para a realidade brasileira, o surgimento dos núcleos urbanos, além de sua espontaneidade com suas cidades coloniais, primeiro localizadas na costa, tais como Salvador e Olinda até as nossas cidades planejadas, se passaram mais de quinhentos anos de ocupação e estruturação que se mostram subdivididas nas atuais cinco macrorregiões com suas respectivas particularidades no que se refere ao número e tamanho de cidades.

Com essa estrutura, onde se reúnem o espontâneo urbano e o plano urbano, no Brasil se criaram várias cidades que Santos (1988:42) define como “cidade artificial”, tais como Belo Horizonte, Volta Redonda, Goiânia, Londrina, Brasília, considerando esses projetos urbanos experiências que casavam filosofia, sociologia e política com a prancheta.

Com relação a esses projetos urbanos, resgatamos de Vicentini (2004:236), que quatro cidades foram planejadas como cidades capitais no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX: a primeira teria sido Teresina, em 1852, concebida como cidade capital do Piauí; a segunda, Belo Horizonte, em 1897; a terceira, Goiânia em 1935; e a quarta, Brasília, em 1960. A autora destaca que, mais recentemente, na segunda metade do século XX, teria sido Palmas a mais nova capital brasileira implantada.

Ainda nessa conjuntura, encontramos em Oliveira (1992) que, no Brasil, foram planejadas: Belo Horizonte cujo plano foi

elaborado em 1896; Goiânia, projetada entre 1933 e 1937 e implantada em 1939; Volta Redonda, que surge em 1943 como cidade industrial no estado do Rio de Janeiro; em 1960 seria a vez de Brasília, que passaria a ser a sede do poder administrativo brasileiro.

Porém, Santos (1988:40) afirma que o planejamento físico-territorial não são novidades no Brasil, porque,

"[r]emexedores de mapas e papéis velhos conseguiram provar que muitas cidades disseminadas pelo Brasil afora cruzaram o Atlântico sob a forma de "riscos" (traçados reguladores) e regulamentos que ordenavam a boa disposição espacial, o abastecimento e a defesa, muito antes que se lançasse sua pedra fundamental. Foi assim, por exemplo, que se conquistou a Amazônia."

Essa condição é analisada e compreendida considerando, a cada momento, as transformações regionais que ocorreram, de acordo com os diversos períodos que formalizaram o tempo histórico regional, desde a implantação do Forte do Presépio em 1616, que originou Belém, passando pelo ciclo da borracha, e diversos outros importantes momentos até chegar ao presente.

Nesse sentido, concordamos com Oliveira (1992:38), ao advogar que:

"Na Amazônia o desenho estará presente no projeto geopolítico nacional, nos planos nacionais de desenvolvimento, nas cidades planejadas e/ou projetadas para a região, nas intenções da iniciativa privada, em diferentes níveis, até mesmo na implantação integral de novas cidades, como também, nos propósitos da população ao projetar em escala um para um suas novas cidades."

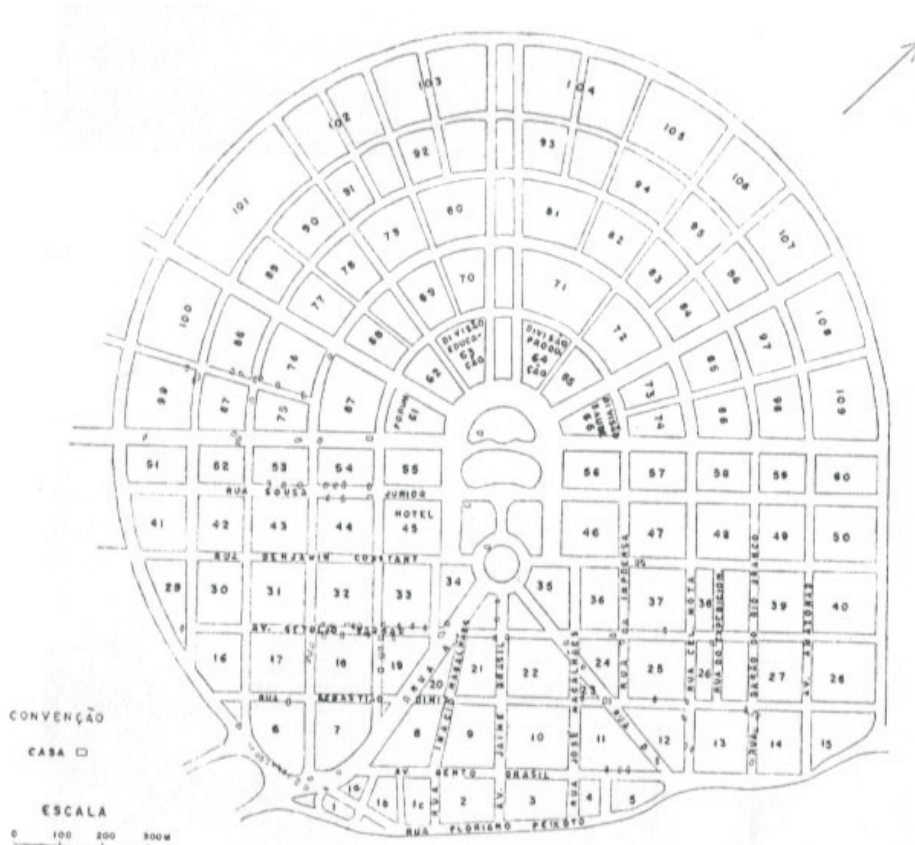
Diante dessas questões, entres esses processos citados e em um período que pode ser considerado recente, década de 1940, o planejamento urbano de Boa Vista está correlacionado a um plano geopolítico estratégico na fronteira amazônica.

O que nos chama a atenção é que esse lugar talvez, por ter sido um plano urbanístico implantado a partir de um núcleo urbano embrionário pré-existente, não seja citado como uma cidade planejada na Amazônia e no Brasil. Desconhece-se, na literatura existente, esse projeto urbanístico, idealizado pelo primeiro governador do território, Êne Garcez, e planejado pelo engenheiro Darci Aleixo Derengusson, implantado em 1946, tendo essa implantação se dado aos poucos, mais precisamente entre 1947 e 1950, com um formato radiocêntrico, como se observa nas Figuras 03 e 04.

Esse projeto urbano implantado em Roraima em 1946 foi um evento que mudou a figura de Boa Vista, começando um novo período na história dessa cidade, transformando-a, como afirma Barros (1995:151), é um "(...) projeto de 'foreworld city', uma cidade que mostrasse na fronteira o que o poder central se propunha a ser."

Planejar uma cidade como Boa Vista na fronteira significava a necessidade de intervenção de interesses públicos para proteger a referida área. O que ocorreu, na realidade, foi a construção de um centro burocrático e uma base militar. Esse lugar tinha um papel geopolítico na região, tornando-se um pólo artificialmente criado, marcando os limites internacionais do Brasil. O que mais chama a atenção é a ausência de uma base econômica consolidada, que pudesse gerar uma economia sólida na área, contudo, a

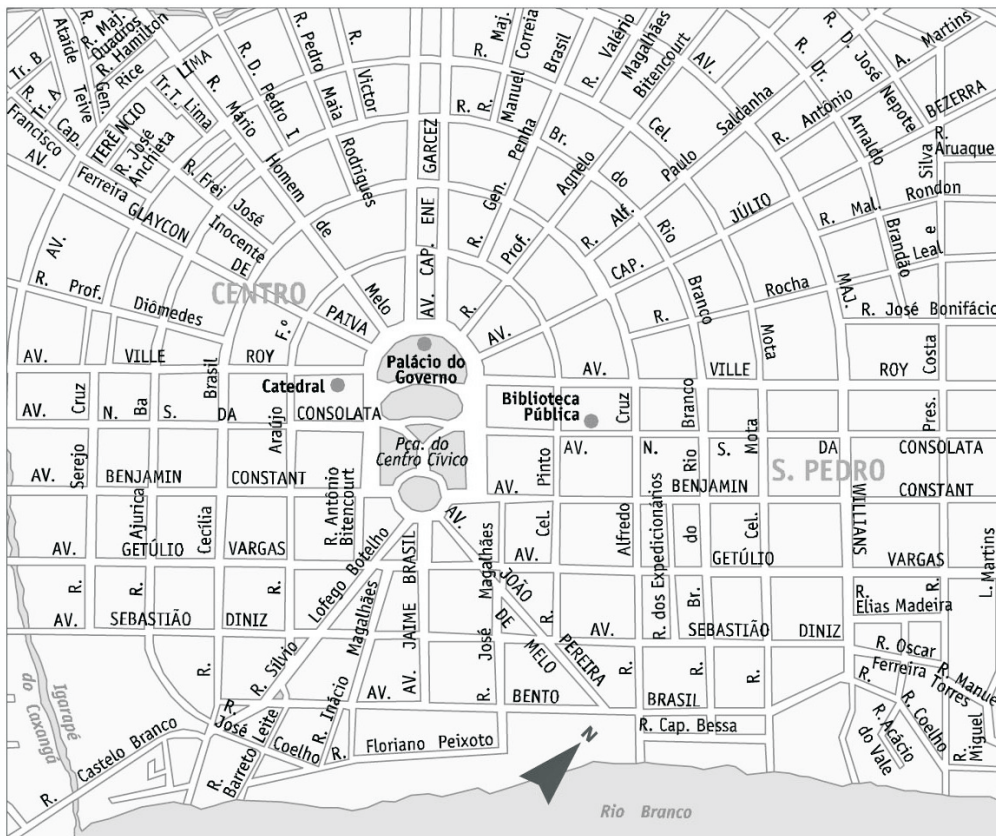
Figura 2: Plano urbanístico de Boa Vista - 1946



Fonte: GUERRA (1957)

Figura 3: Traçado urbanístico de Boa Vista, destacando a área central as margens do rio Branco.

Boa Vista - RR



Fonte: Almanaque Abril. Organização: Paulo Rogério de Freitas Silva. Desenho: Marcos Nicol Giusti

principal fonte de renda do território era como lugar estratégico que dependia de recursos do poder central.

Esse plano urbanístico ou, como denomina Barros (1995:150), plano básico, foi implantado a partir de uma pequena aglomeração composta por três ruas, paralelas ao rio Branco que tinha o porto fluvial como o nó principal e para onde se debruçavam os edifícios públicos, as casas comerciais e a igreja católica.

Boa Vista era um pequeno aglomerado urbano e havia uma preocupação com uma melhor urbanização e ocupação do novo Território do Rio Branco.

Para se ter uma idéia, a sede do município de Boa Vista em 1944, quando aqui desembarcou o primeiro governador do território federal, Capitão Êne Garcez, agrupava 5.248 habitantes, três ruas paralelas ao rio Branco, algumas casas de alvenaria e a quase totalidade de taipa e coberta de palhas (FREITAS, 1993:32).

Para Barros (1995:151), a “estrutura urbana herdada deste período é representada por lotes estreitos de casas conjugadas de ambos os lados, ao velho estilo lusitano, acomodando-se às oscilações do relevo ribeirinho”.

Dessa forma, foi elaborado um plano no qual foi sugerido que a partir desse núcleo se criasse um traçado. O projeto da cidade é arrojado e intencionava à implantação de avenidas radiais a partir de um centro cívico, onde os lotes foram destinados na época, para construção de residenciais e de repartições públicas que precisavam ser instaladas. Nessa proposta, buscava-se implementar uma cidade que tivesse uma estrutura para servir aos novos residentes que para ali se destinavam, através

da instauração da máquina burocrática.

O traçado tem uma estrutura radiocêntrica, privilegiando um único centro, tendo seu início às margens do rio Branco, configurando-se na paisagem urbana o poder centralizado. Essa estrutura favorece uma centralização para o qual tudo converge, polarizando praticamente todas as atividades urbanas, administrativas e comerciais. Nesse sistema, as vias principais são radiais, sendo dezesseis ruas e avenidas que partem da praça central denominada de centro cívico e, à medida que se prolongam, acompanhando o crescimento da cidade, se distanciam entre si, formando uma estrutura em forma de leque.

Da “bola”, popularmente chamada pela população a praça circular, onde localiza-se o palácio Hélio Campos, sede do governo estadual, partem essas ruas e avenidas, que são radiais, em direção ao norte, oeste e sul, tais como, Ville Roy, Capitão Julio Bezerra, Mario Homem de Melo, Ene Garcez, Getúlio Vargas, Glaycon de Paiva, entre outras. Circulando a praça estão as repartições públicas, a catedral católica, alguns bancos, o principal hotel da cidade e algumas casas comerciais.

No decorrer do século XX, a cidade de Boa Vista cresceu ultrapassando os limites possíveis desse projeto radiocêntrico, formando uma estrutura urbana que foge ao plano original proposto, como se verifica na fotografia 03, alterando o seu tecido urbano original.

Tendo havido nesse contexto, mudanças no sítio urbano, que para BEAUJEU-GARNIER (1997:76), designa o lugar preciso da implantação inicial da cidade.

Foto 3 : Boa Vista, destacando o plano concêntrico.



Fotografia: Orib Ziedson

Considerações Finais

Diante dessas questões, atestamos que Boa Vista possui o significado de um lugar impregnado de categorias formadas a partir da materialidade desse espaço.

É uma cidade que tem sua gênese interrelacionada a fatores que partem da instalação do Forte de São Joaquim, transitando pelos aldeamentos indígenas, pelas fazendas nacionais e particulares, quando alcança a condição de Freguesia e de Vila de Boa Vista do Rio Branco.

Com relação ao núcleo embrionário pré-existente, este permaneceu apenas como um arruamento, não se constituindo em um centro histórico, pois, a irradiação do crescimento de Boa Vista não se deu a partir dele e sim, do traçado urbano implantado a partir de 1946.

Atualmente é uma cidade que para os padrões da região Norte pode ser considerada uma cidade média, porém o que a diferencia, é

que o fenômeno macrocéfalo vigente ocorre em um espaço onde se pulverizam, apenas pequenas outras cidades, destacando que a grande questão é verificar como ocorre a articulação desses núcleos menores do estado com a capital.

Notas

* Extraído da tese intitulada: Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil

** Professor Adjunto do Departamento de Geografia (Instituto de Geociências) da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

e-mail: prfsgeo@ig.com.br.

Referências Bibliográficas

A.S. JUNIOR, Tércio. **Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnostico científico e tecnológico para o desenvolvimento**. Fundação do meio ambiente e tecnologia de Roraima. Boa Vista, 1993.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. **Ocupação em Roraima I. Do histórico Colonial ao Início do**

Assentamento Dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 9 (1): 123-144. Belém, 1993-1.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia Setentrional Brasileira**. Recife: Editora da UFPE, 1995.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FERREIRA, José Freire da Silva et ali. **Rede Urbana Amazônica. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano**. UFPA, NAEA, Belém, 1977.

FERRI, Patrícia. **Achados ou Perdidos a imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: 1990.

FREITAS, Aimerê. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985**. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1993.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000. Características da População e dos Domicílios. Resultado do Universo**. Rio de Janeiro: 2000.

J. SANTOS, Adair. **História da Livre Iniciativa no Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado de Roraima**. Boa Vista: Fecomércio – RR, 2004.

MACAGGI, Nenê. **A mulher do Garimpo. (O romance do extremo sertão norte do Amazonas)**. Manaus: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1976.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima Informações Históricas**. Rio de Janeiro, 1987.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Desejo e Desenho na Amazônia Urbana**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado).

RICE, Alexander Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira**. Tradução e notas Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um**

jogo de cartas. Niterói, Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

WAUGH, Evelyn. Noventa e dois dias. Reportagem de uma viagem aos trópicos através da Guiana e parte do Brasil. Tradução de Alberto Chirone. **Boletim do Centro de Informação da Diocese de Roraima**. Boa Vista, 1986.